

**O ESTUDO
GEOGRÁFICO DOS
ELEMENTOS
CULTURAIS -
CONSIDERAÇÕES PARA
ALÉM DA GEOGRAFIA
CULTURAL**

*THE GEOGRAPHICAL STUDY OF THE
CULTURAL ELEMENTS -
CONSIDERATIONS FOR BESIDES
CULTURAL GEOGRAPHY*

*EL ESTUDIO GEOGRÁFICO DE LOS
ELEMENTOS CULTURALES-
CONSIDERACIONES PARA ADEMÁS
DE LA GEOGRAFÍA CULTURAL*

**CLÁUDIO BENITO
OLIVEIRA FERRAZ**

Professor vinculado ao
Departamento de Educação da
Universidade Estadual Paulista -
UNESP (campus de Pres.
Prudente/SP)

e-mail: cbenito@fct.unesp.br

Resumo: O processo histórico de formação institucional das ciências modernas gerou uma tendência a especialização do conhecimento que levou a muitos a acreditarem que as denominações dessas especializações expressavam a totalidade da realidade observada. Esse é o caso da chamada Geografia Cultural em que os estudos dos aspectos culturais da realidade social pela visão geográfica, presentes em qualquer abordagem, acabam substituídos por aspectos de catalogação e descrição superficial dos elementos de determinada região. O resgate atual da Geografia Cultural tende a cair em modismos teóricos e apenas ser um novo nome para práticas viciadas de se fazer estudos científicos, não contribuindo para um melhor entendimento da dinâmica espacial da sociedade atual.

Palavras-chave: Cultura; Geografia; Ciência, Linguagem, Identidade.

Abstract: The historical process of institutional formation of the modern sciences ended up generating a tendency the specialization of the knowledge that took to many believe that the denominations of those specializations expressed the totality of the observed reality. That is the case of the call Cultural Geography in that the studies of the cultural aspects of the social reality for the geographical vision, present in any approach, tended to be substituted by aspects of cataloguing and superficial description of the elements certain area. The current rescue of the Cultural Geography tends to fall in theoretical posture and just to be a new name for vicious practices of scientific studies, not contributing to a better understanding of the space dynamics of the current society.

Keywords: Culture; Geography; Science, Language, Identity.

Resumen: El proceso histórico de formación institucional de las ciencias modernas terminó generando una tendencia a la especialización del conocimiento que tomó a muchos creer que las denominaciones de esas especializaciones expresaron la totalidad de la realidad observada. Ése es el caso de la llamada Geografía Cultural en que los estudios de los aspectos culturales de la realidad social para la visión geográfica, presente en cualquier abordaje, cuidó sustituidos por los aspectos de catalogación y descripción superficial de los elementos en cierta área. El rescate actual de la Geografía Cultural tiende a desplomarse en los modismos teóricos y simplemente ser un nuevo nombre para las prácticas viciadas de hacer los estudios científicos, no contribuyendo a un entendimiento de la dinámica espacial de la sociedad actual.

Palabras clave: La cultura; la Geografía; la Ciencia, la Lenguage, la Identidad.

Introdução:

Este artigo visa apresentar algumas genéricas ponderações quanto às possibilidades do estudo científico da Geografia tecer análises sobre os aspectos culturais da realidade social.

Não se objetiva aqui esgotar o assunto, mesmo por que tal pretensão é megalomaniacamente impossível, mas tão somente esboçar certas considerações, de caráter mais didático e introdutório, que a leitura dos fenômenos culturais potencializam na direção de se ampliar o entendimento do discurso científico da Geografia, assim como de também apresentar algumas temáticas e perspectivas teóricas sobre a função social desse ramo do saber humano a partir de nossas pesquisas e reflexões realizadas no interior do Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas.

Antes de darmos início às nossas considerações, demarca-se aqui a posição de que, apesar de focarmos a questão cultural, isso não significa que estaremos fazendo a denominada Geografia Cultural.

Entendemos que a Geografia se organiza enquanto saber científico a partir de um edifício lingüístico que a demarca e estimula para o diálogo com as demais esferas do conhecimento (arte, cotidiano, místico e outras ciências). É através de sua linguagem própria, a qual está sempre em processo de construção, que o discurso geográfico estabelece sua identidade e significação social.

Esse discurso se pauta em certos princípios, habilidades, conceitos e categorias comuns, os quais, apesar de possuírem denominações específicas, sofrem mudanças interpretativas e de sentido conforme as características sócio-espaciais em vigor. Por conseguinte, não devemos confundir os termos e palavras com que denominamos os fenômenos e as manifestações de ordem espacial com a realidade concreta dos mesmos.

Sendo a linguagem, e as palavras que a constitui, uma construção sócio-cultural, esta carrega em si todo o jogo de significações e simbologias que as relações humanas produzem em acordo com as condições técnicas, tecnológicas, políticas e ideológicas de cada época e lugar.

Diante disso, por exemplo, tomar a palavra “paisagem” como se fosse a expressão exata da realidade de um fenômeno em si, tende a comprometer o próprio entendimento da realidade que se representa através desse conceito, pois não percebe que o termo é fruto de determinados usos e costumes socialmente construídos em lugar e situação específicos, não podendo ser empregado em todas as condições e contextos com o mesmo significado.

A simbologia presente em um termo ou idéia toma determinada significação através do jogo de significados que a sociedade, em conformidade às contradições que a organiza com certa singularidade espacial, tende a elaborar.

Tal consideração se aplica também aos termos e palavras com que se compartimentam e se especializam os ramos do saber científico, como é o caso da

Geografia. Muitos não entendem que entre a denominação de uma área do saber e a existência concreta desta, ou sua naturalização enquanto elemento do real, existe uma grande diferença.

Achar que o termo Geografia Cultural expressa uma parte da realidade, a qual deve sofrer dos mesmos processos de abordagens das tradicionais análises geográficas para assim ser mais bem mensurada, catalogada e representada teoricamente, é um complicador do discurso geográfico.

Não existe Geografia Cultural enquanto tal, assim como não existe Geografia Humana, Física etc., o que existe de fato é a realidade em sua diversidade de manifestações e fenômenos, os quais podem ser interpretados pela organização discursiva e lingüística de cada ciência.

Portanto, as manifestações e práticas culturais podem ser estudadas por diversos ramos do saber, incluindo-se aí a Geografia, mas isso não significa que exista uma coisa, uma entidade ou expressão da realidade que seja a “Geografia Cultural”. Essa denominação visa mais atender uma necessidade de especialização e burocratização institucional da pesquisa científica do que delimitar a existência de um fato em si.

A Geografia pode auxiliar no melhor entendimento dos elementos culturais a partir de como a sociedade atual os utiliza ou os experimenta no sentido de sua lógica e dinâmica espacial, isso é o que realmente importa e, para tal, torna-se necessário redimensionar o vocabulário geográfico, assim como suas práticas e referenciais, de maneira a melhor contribuir para a interpretação do mundo em sua dinâmica contemporânea.

Os fatores e elementos culturais tomam na sociedade atual importância cada vez mais central, tanto no aspecto de congregar o processo de reprodução e acumulação capitalista, assim como de divulgar e propagar os valores, percepções e comportamentos definidores das atuais relações, tanto sociais quanto individuais.

O papel das diversas mídias, atrelado às novas tecnologias e técnicas de informação e comunicação, assim como o caráter cada vez mais presente dos referenciais imagéticos e estetizantes delineadores e delineados pelas perspectivas e necessidades humanas, faz com que o complexo cultural possua uma presença espacial nunca antes vista.

A Cultura, entendida aqui em seu sentido mais amplo possível, desenvolveu contemporaneamente formas diversas de manifestações, assim como dinamizou as relações de disputa pelo poder e as de construção de identidades sócio-individuais, tanto em nível local quanto global. Perante esses fatos, cobra-se da Geografia a elaboração de parâmetros que permitam uma melhor leitura dessa nova ordem espacial, permitindo estabelecer sentidos de orientação e localização mais próximos das condições de existência do ser humano no interior desse processo.

O artigo aqui visa contribuir nessa direção, para tal, sistematiza algumas interpretações pertinentes ao estudo geográfico do conceito e idéia de cultura, assim como apresenta um rápido histórico de como a geografia oficial incorporou e desenvolveu o estudo do universo da cultura no interior da área chamada “Geografia Cultural” e,

fechando o artigo, propõe alguns temas e abordagens à Geografia a partir de novas formas de abordagens dos referenciais culturais e da construção necessária de um novo fazer científico. Insistimos, estas idéias e sistematizações aqui apresentadas não são únicas nem se encontram acabadas, mas são possíveis e entendemos necessárias para melhor compreendermos as linguagens geográficas que permeiam nosso viver.

Cultura e Geografia – pontos de contato e novas possibilidades:

O entendimento sobre Cultura nos estudos geográficos tem seu processo de sistematização e institucionalização a partir do século XIX, em decorrência das novas técnicas de registro e transmissão de informações, assim como das necessidades colocadas pelo arranjo capitalista de identificar e mensurar os diversos territórios passíveis de exploração e controle econômico.

Nesse sentido, Cultura é inicialmente tomada como uma série de artefatos e práticas (roupas, técnicas de trabalho, alimentação, religião, língua, escrita, os utensílios, a moradia, arquitetura etc.) que possibilitariam caracterizar determinado arranjo sócio-paisagístico, viabilizando certa identidade regional passível de ser mapeada.

Essa delimitação territorial permitia identificar a relação dos povos com seus ambientes, estabelecendo o sentido de unidade e a consolidação da desejada identidade regional até a escala do Estado-Nação.

A partir da identificação e caracterização de determinado povo com um território devidamente delimitado e mensurado, tornava-se viável organiza-lo ao redor de uma estrutura jurídico-política caracterizada como Estado-Nação, a qual, em nome dos processos civilizatórios e desenvolvimentistas, implementava determinadas práticas de controle social e de administração territorial comuns a todos os povos articulados por esse modelo, ou seja, ao longo da superfície do globo terrestre, o território seria dividido em porções político-administrativas pautadas na mesma estrutura organizacional e ideológica do Estado-Nação, sendo esse o referencial científico que instituiu a consolidação da lógica econômica do capital.

Formalizava-se assim o modelo único de progresso e organização sócio-territorial dos diversos povos e nações, sendo a cultura o elemento central na caracterização das identidades em cada “porção” do espaço mundializado do capital.

Como os veículos de acumulação capitalista ao longo do século XIX se pautavam nos mecanismos de conquistas e domínios territoriais, os aspectos culturais acabavam tomando contornos ideológicos que confundiam os conflitos sociais com os processos de independência territorial e de autonomia do Estado-Nação correspondente.

Os estudos culturais tiveram grande importância no período, exatamente por contribuir para a elaboração dessas identidades territoriais e por definirem um projeto evolutivo-desenvolvimentista dessas nações a partir dos referenciais econômicos e culturais das chamadas nações mais civilizadas.

Contudo, após a consolidação do modelo de gerenciamento territorial do Estado-Nação, ao adentrar o século XX, as disputas territoriais desembocaram em conflitos beligerantes entre as grandes nações imperialistas, o que comprometeu o próprio processo de acumulação capitalista em escala ampliada. Paralelo a isso, com as novas técnicas de comunicação e circulação (rádio, telefone, cinema, automóvel, avião etc.) os tradicionais processos de pesquisas, sistematizações e divulgação dos dados ficaram obsoletos em relação aos interesses e necessidades, tanto dos Estados como do conjunto social.

O rádio e o cinema, por exemplo, podiam apresentar informações dos diversos lugares do mundo atualizadas cotidianamente e com imagens consideradas reais dos lugares, de maneira mais prazerosa e dinâmica que os textos científicos e didáticos. A forma e a velocidade que os veículos comunicativos apresentavam a diversidade do mundo interferiram nas formas de percepção com que os homens liam e valorizavam o mundo e os lugares.

A conseqüência disso para o discurso científico da Geografia foi um distanciamento cada vez maior entre as pesquisas e estudos sobre os aspectos culturais e o conjunto de informações que os Estados imperialistas então cobravam da ciência.

As disputas imperialistas por domínios territoriais levaram a duas guerras de caráter mundial, assim como os conflitos sociais desembocaram nos projetos de libertação da classe trabalhadora amalgamados com a autonomia de Estados que se assumiram como Socialistas.

Durante a chamada “Guerra Fria” os confrontos imperialistas por domínios territoriais se polarizaram em dois blocos de nações, sendo que os elementos culturais atendiam aos parâmetros dessa disputa.

No interior do bloco capitalista o que se colocava era a disputa de uma cultura popular de caráter nacional contra uma cultura dominante de aspecto imperialista internacional. Já nos países do bloco socialista, a questão que se colocava era a criação de uma cultura internacional da classe trabalhadora orquestrada pelo Estado, contudo, esse modelo universal de cultura proletária socialista se conflitava com os elementos das diversas expressões culturais populares no interior de cada “nação”.

Nos países da periferia do sistema econômico, com graves problemas sociais, essa disputa geopolítica adquiria um tempero especial em decorrência da adoção do modelo desenvolvimentista capitaneados pelos países centrais, fazendo que o ideal de progresso se travestisse de urbanização acelerada, aumentando ainda mais a disparidade sócio-econômica e ampliando os processos de marginalização e conflitos sociais.

Em países como esses, como foi o caso brasileiro, o sentido de cultura estava parametrizado em reforçar o aspecto de atraso cultural das populações rurais, com seus ritmos determinados pelos processos naturais, as grandes distâncias a serem percorridas por veículos e meios de transportes lentos e de baixa tecnologia, assim como a dificuldade que representavam essas camadas populacionais rurais de se inserirem nos mecanismos de consumo e de controle fiscalizatório, tão necessários à reprodução econômica e política

por parte dos Estados que ansiavam serem “desenvolvidos”.

Para reforçar o sentido de identidade territorial a partir da aceitação às regras institucionais e econômicas da ordem capitalista, era necessário concentrar essa população no meio urbano, fazendo com que ela assumisse os valores culturais dessa sociedade mais tecnicista, dinâmica, padronizadora e fiscalizadora. Daí o rápido processo de urbanização que permeou a reordenação espacial da maioria dos países periféricos do sistema econômico, o que levou a fortes conflitos culturais entre gerações e camadas sociais.

Os hábitos, leituras e inserção espacial de uma geração nascida no mundo rural são totalmente diferentes de outra geração nascida na espacialidade urbana. O mundo urbano não apresenta horizontes visuais amplos e o processo de localização e orientação se dá através da lógica dos nomes das ruas e números das casas, bem ao contrário do meio rural.

A própria compactação das moradias e especialização territorial leva os quintais das casas, quando existirem, não serem para complementar a alimentação, mas apenas lazer, isso contribui com os conflitos de valores entre as gerações, agudizadas com os elementos de consumo e estética de produtos urbanos como roupas, músicas, hábitos alimentares e de entretenimento.

O pai de origem rural achava natural criar galinhas no quintal, já o filho nascido na cidade entendia a área do quintal como boa para colocar uma piscina ou construir uma série de apartamentos pequenos e alugá-los. Esse pai aprecia músicas cujas letras fazem referências ao mundo rural, já o filho prefere sons mais urbanos e elétricos, que falam de sexo, automóvel e velocidade.

Exemplos como estes expressam a maneira que os elementos fundamentais da lógica determinante do arranjo espacial das novas forças capitalistas durante a guerra-fria interferiram no cotidiano de gerações e grupos humanos, o que levou a toda uma mudança de leitura e identificação do cultural como fator congregador das identidades e das leituras sócio-espaciais de então. Quem não se integrava a essa nova lógica urbana e cultural ficava marginalizado ou era eliminado

Diante desse mundo urbano, em que os inovadores elementos comunicativos e circulatórios definiam novos padrões culturais, o tradicional discurso cultural da geografia, que buscava identidades entre as populações no interior de fronteiras mais claramente delimitadas, tão facilmente identificáveis num meio espacial hegemonicamente dominado pela lógica do mundo rural, tornava-se cada vez mais distante das condições sócio-espaciais então colocadas pela realidade e velocidade do universo tecno-industrial.

Enquanto a Antropologia, a Sociologia, a História, a Filosofia e outras ciências e ramos do saber estavam buscando novas ferramentas teóricas e conceituais para entenderem as transformações que estavam ocorrendo no universo cultural, e as novas características deste a influenciar posturas, comportamentos, idéias e valores sociais, como foi o caso da introdução dos termos “Indústria Cultural”, “Comunicação e Cultura

de Massa”, “Aldeia Global”, “Mass Mídia” etc., a Geografia se distanciou dessas abordagens, praticamente descartando os fatores culturais de seus estudos e abordagens¹.

Com os processos de urbanização e mobilidade cada vez mais dinâmicos e diversificados a gerarem uma maior complexidade das relações sócio-espaciais, subvertendo fronteiras anteriormente mais facilmente identificáveis, além da maior integração de informações por meio da televisão e outros veículos comunicativos, a caracterização cultural como unidade de um agrupamento humano com seu território a partir de elementos singulares e únicos, inerentes a uma determinada região, ficou mais difícil.

Após a crise dos países do bloco socialista e o fim da “Guerra Fria”, a globalização dos mecanismos de competitividade e de acumulação capitalista sobre bases pautadas na integração comunicacional das redes computacionais, na flexibilização dos meios produtivos e no rearranjo da divisão territorial e social do trabalho, tornou-se necessário ao Estado-nação se readequar às novas funções perante a ordem financeira internacional.

A partir de toda uma redefinição da ordem espacial da lógica capitalista, a cultura passou de um fator pautado nos utensílios e hábitos locais, fundamentando o aspecto mais ideológico de identidade sócio-territorial, para um elemento central na lógica de reprodução econômica e simbólica do mercado atual em suas diferentes escalas espaciais de realização.

Com os processos de uniformização de produção e consumo em nível mundial, assim como, ao mesmo tempo, a fragmentação e diversificação dos fatores que envolvem a marginalização social e a sobrevivência humana, o sentido de identidade territorial se transformou numa interação de elementos simbólicos cujo significado não se restringe só ao local ou a determinada classe social.

Um jovem adolescente morador da periferia marginalizada de uma cidade média, como Dourados (MS), veste-se com roupas semelhantes ao seu ídolo raper norte-americano, adquirindo medalhões com dizeres em inglês, fabricados na China e comprados no “camelódromo”, ao mesmo tempo que torce para o Corinthians com seu “craque” argentino Teves, acompanha o drama da personagem virginal da novela da Globo e acessa a Internet para baixar as imagens em que ela aparece nua juntamente com a atriz espanhola Penélope Cruz. Aos fins de semana vai com os amigos comer pizza com guaraná no Habib’s enquanto reclama do péssimo gosto musical dos pais, que gostam do disco latino do Chitãozinho e Xororó, e almeja “ficar” com a vizinha de frente de seu barraco, principalmente depois que ela tingiu o cabelo de loiro para ficar parecida com a Cristina

¹ Um exemplo clássico desse distanciamento é encontrado em referência a obra do geógrafo Eric Dardel, que nos anos 50 e 60 do século XX desenvolveu vários estudos sobre a redefinição do sentido de cultura na abordagem geográfica, mas ficou praticamente ignorado, só sendo resgatado anos depois em países como Canadá e, no caso brasileiro, só veio a ser estudado mais efetivamente a partir da década de 90. Os motivos para essa recusa em focar os estudos culturais no período são vários, e pensadores como Claval, Cosgrove, Correa tecem esclarecimentos a respeito, vide bibliografia.

Aguilera.

Esses hábitos, utensílios e valores hoje são comuns a boa parte dos jovens moradores da maioria das cidades do mundo. As diferenças se restringem, enquanto classe social, mais ao aspecto de poder econômico para consumir produtos mais sofisticados, e enquanto diferenças regionais, a aspectos peculiares que não chegam a comprometer o padrão geral, muitas vezes se interagem com esse referencial cosmopolita, dando ao mesmo um tempero especial, como é o caso de fazer fast food de comida baiana, ou ouvir “forró universitário” nas festas de São João na Paraíba.

Perante isso, a lógica das identidades culturais não fica tão somente circunscrita aos parâmetros territoriais fixos, delimitados por fronteiras rígidas. O espaço em que se expressava determinada unidade cultural não é mais um palco com sua paisagem secularmente consolidada.

A lógica da manifestação cultural atualmente está intrinsecamente relacionada com a interdinâmica escalar do espaço, entre o local e o mundial.

A cultura hoje é mais do que utensílios e práticas temporalmente consolidadas, ela é também relações de valorização subjetivas de identidade e significação que se manifestam objetivamente ou simbolicamente no espaço, tanto na concretude dos territórios quanto no imaginário social de cada indivíduo.

Diante disso, não cabe mais um termo como Geografia Cultural em si, cuja idéia refere-se a uma prática de estudos regionais passíveis de delimitação física e sob uma herança histórica que funciona como um peso a cristalizar a paisagem quase que imutável dos locais. Hoje, cobra-se do estudo geográfico dos fenômenos culturais um enfoque da dinâmica espacial da sociedade em interação íntima com os aspectos individuais e coletivos no estabelecimento de significação social, tanto em seus determinantes econômicos quanto simbólicos.

Diante de todas essas mudanças no sentido econômico e ideológico do papel da cultura no universo capitalista atual, perante a grave crise de identidade e função social que permeou a ciência geográfica a partir dos anos 70, os antigos enfoques geográficos sobre o universo cultural passam a ser resgatados e readaptados às novas condições do mundo, mas como forma de se buscar referenciais condizentes para os estudos científicos deste saber perante as novas condições espaciais então em rápido processo de consolidação.

A questão atual é entender os atuais parâmetros de localização e de orientação, de pertencer e se identificar com determinado lugar, sendo que esse lugar não é mais passível de ser tomado isoladamente, pelo contrário, ele é a manifestação do mundo em suas características locais. Ou seja, o que se coloca hoje no estudo geográfico da cultura é de como esta permite o homem se construir enquanto humano no tempo e espaço em que produz territorialmente os sentidos de sua existência.

Rápido histórico da abordagem cultural pela geografia:

Antes de iniciar esse capítulo, esclarecemos que essa abordagem histórica do estudo geográfico dos aspectos culturais trilha o caminho de nossas pesquisas; visa melhor fundamentar nossa leitura de Geografia e Cultura, portanto, é mais uma abordagem e não tem pretensões de ser a redentora da questão.

A Geografia, enquanto discurso científico institucionalizado, é um corte e uma delimitação de todo o saber geográfico presente ao longo da história da evolução humana. É um corte para atender determinadas necessidades que ao longo dos séculos XIII e notadamente XIX se tornaram cruciais para a lógica da perpetuação da sociedade industrial e capitalista européia.

É no interior dessas necessidades, esboçadas em capítulo anterior, que surge a denominação Geografia Cultural, cuja origem se encontra na própria gênese da Geografia moderna.

Foi Friedrich Ratzel, em 1880, após sua viagem de estudos aos EUA, que emprega pela primeira vez o nome Geografia Cultural. Seu trabalho **A Geografia Cultural dos Estados Unidos da América do Norte com a Ênfase Especialmente Voltada para as suas Condições Econômicas** é um marco, tanto no desenvolvimento de suas idéias posteriores, as quais desembocarão no sentido mais amplo de Antropogeografia, quanto para a Geografia como um todo, pois demarca como o conhecimento geográfico não pode descartar os elementos culturais, assim como as interações entre estes e com os demais aspectos da realidade humana (econômico, político etc.), no processo de entendimento dos diferentes arranjos paisagísticos produzidos.

A abordagem geográfica de Ratzel visava levantar as características das relações de determinado meio com o homem que ali habitava, sendo que esse entendimento se dava a partir dos utensílios e práticas empregadas no processo de produção de subsistência do coletivo, como ficava evidente ao se observar as diversas regiões, em grande parte fortemente rurais, isoladas e milenarmente consolidadas, que compunham as várias nações européias do século XIX.

Fazendo uso de uma frase retirada de sua Antropogeografia, selecionada por Paul Claval em seu livro sobre Geografia Cultural, temos a confirmação do sentido do estudo geográfico da cultura por parte de Ratzel.

“A extensão geográfica ampla, uniforme e pouco contrastada por razões culturais, configura o primeiro objeto da antropogeografia, que pode explicar muito claramente esta extensão sobre a base de relações simples (que estabelecem com o meio ambiente)”.(1999, p. 22).

Com o aumento da dinâmica comunicativa e de circulação de pessoas, mercadorias e informações, tanto na Europa quanto no restante do mundo a partir do século XX, os estudos culturais, por parte da Geografia, com seus enfoques pautados em regiões de forte tradição rural, quase que isoladas, foram sendo solapados, gerando a necessidade

de se redimensionar as análises geográficas perante as novas necessidades então em voga.

Essas mudanças vão gerar estudos mais pragmáticos com forte uso da cartografia e matemática, como ocorreu nos EUA através da famosa escola de Chicago. Em reação a essas abordagens consideradas tecnicistas, que praticamente eliminava o agente humano como construtor ou valorizador das paisagens, surge Carl Sauer, que em 1925 escreve **A Morfologia da Paisagem**, fundando assim a chamada Geografia Cultural Norte-Americana, ou escola de Berkeley.

Sauer desenvolveu toda uma metodologia que permitiu à Geografia Humana ter respaldo frente ao considerado maior rigor dos estudos pragmáticos e sistêmicos da escola de Chicago. O grande avanço de Sauer foi apontar os aspectos subjetivos, já presentes em alguns estudos geográficos anteriores, como inerentes às abordagens estéticas que muito contribuiriam ao estudo científico da Geografia.

“A melhor geografia jamais deixou de levar em conta as qualidades estéticas da paisagem, para qual não conhecemos outra abordagem a não ser a subjetiva. A ‘fisionomia’ de Humboldt, a ‘alma’ de Banse, o ‘ritmo’ de Volz, a ‘harmonia’ da paisagem de Grandnann, todas estão além da ciência”.(SAUER. 1998, p. 61).

Contudo, dentro da tradição ratzeliana, seu foco de análise cultural se restringiu aos elementos paisagísticos da superfície da Terra passíveis de serem empiricamente catalogados e descritos.

Nessa busca de um entendimento de interação homem/natureza, as condições de análise a partir dos aspectos observáveis pela sensibilidade humana acabaram por restringir os estudos a localidades cujo peso de uma tradição histórica encontrava-se latente, portanto, atendiam mais a uma abordagem estanque das relações culturais e sociais, deixando de lado os elementos simbólicos mais dinâmicos e flexíveis.

No entanto, independente disso, os estudos de Sauer são demarcadores de uma outra possibilidade para os enfoques científicos acadêmicos do discurso geográfico, mas acabaram, com o advir da Segunda Guerra, da Guerra Fria e da disputa geopolítica pela consolidação ideológica e econômica do capitalismo frente aos países do socialismo real, sendo eclipsados pela necessidade de abordagens mais voltadas ao planejamento, ao controle técnico e pragmatista do território.

Em decorrência das transformações sócio-econômicas após a Segunda Guerra, os graves conflitos ideológicos levaram ao surgimento de um discurso mais dicotomizado politicamente nas ciências humanas, levando a Geografia buscar, de um lado, nos parâmetros tecnicistas e sistêmicos, abordagens mais pragmáticas e técnicas de estudos do território, e por outro, nos referenciais marxistas os parâmetros teóricos que viabilizassem suas análises sociais.

Ambas as posturas contribuíram para um desvio do enfoque geográfico em direção

à economização do espaço, tanto por visar a eficiência do controle e planejamento das potencialidades do território, quanto pela fundamentação lógica para a explicação das matizes e injustiças sócio-espaciais. Isso engendrou um afastamento dos estudos culturais, que foram tomados como acessórios inúteis, por um lado, ou ideológicos, por outro.

Mas já nos anos 50 do século XX, Eric Dardel publica **O Homem e a Terra, Natureza da Realidade Geográfica**, obra que fica praticamente desconhecida na França, ressurgindo só algumas décadas depois e abre espaço para novas abordagens de estudos geográficos sobre os elementos culturais da sociedade moderna.

Grandemente influenciado pelas idéias de Heidegger, assim como se definindo por uma abordagem mais fenomenológica, a perspectiva de estudos culturais pela geografia de Dardel não encontrou condições propícias, na época de sua elaboração, no meio acadêmico francês, de forte presença dos referenciais marxistas, e norte-americano, com seu peso maior nas abordagens neo-positivistas.

Essas abordagens e tendências geográficas eram, de maneira geral, as hegemônicas nos mais diversos países da época (anos 50, 60 e início dos 70), só vindo a se ampliar o leque de outras abordagens teóricas com o desgaste político e conceitual dessas matrizes teórico-metodológicas, fruto do próprio desenvolvimento da sociedade e das relações capitalistas que, paralelo a introdução dos novos meios de comunicação e informação, permitiram que os fatores culturais ascendessem de importância, tanto no mercado globalizado quanto nos processos de busca de sentido e de leitura do mundo.

Ao longo dos anos 80 as atuais condições sócio-espaciais começam a se consolidar, diante desse processo o pensamento dos geógrafos que abordaram a questão cultural, como foi o caso de Dardel, passa a ser resgatado. No caso desse, seus estudos a partir de elementos mais subjetivos e micro-analíticos permitiram abrir à chamada Geografia Cultural outras perspectivas de leitura e estudos do espaço segundo os condicionantes mais próximos do cotidiano existencial humano.

A partir daí, notadamente no decorrer dos anos 90, a Geografia mergulha nas análises das experiências individuais ou de agrupamentos humanos, tomando o vivido e suas representações como marcos de identificação geográfica dos lugares.

Paulatinamente, portanto, os estudos geográficos do universo cultural deixam de ser restritos a uma definição de identidades regionais estanques e de razoável delimitação a partir das características dos objetos, utensílios e hábitos produzidos em áreas quase que isoladas uma das outras, passando a ser mais de entendimento da construção de identidades, de sentido de localização e orientação em meio a um mundo fragmentado, caótico, dinâmico, multi-escalar e polissensorial.

É isso que identificamos, por exemplo, nas obras de novos geógrafos que abordam essa questão, como é o caso de Denis Cosgrove, que parte de uma leitura do espaço geográfico como elemento inerente às condições diversas de vida de cada indivíduo, não reduzindo-o ao meramente empírico e catalogável,

“...enquanto nossos objetos de pesquisa continuarem exclusivamente empíricos e nossas interpretações da motivação humana resolutamente utilitárias, negamos a nós mesmos uma linguagem para moldar as próprias metas que procuramos: a formação de um mundo melhor...Banidas da geografia estão as paixões inconvenientes, às vezes assustadoramente poderosas, motivadoras da ação humana, entre elas as morais, patrióticas, religiosas, sexuais e políticas. Todos sabemos quão profundamente estas motivações influenciam nosso próprio comportamento diário, quanto elas informam nossas respostas a lugares e cenas...”.(COSGROVE. 1998, p. 95 e 96).

Abordagens como esta de Cosgrove representam um grande avanço para as análises geográficas frente à complexidade do mundo atual, contudo, deve-se ter claro que se essas mudanças ficarem restritas a um novo referencial teórico-metodológico, ou a um novo tema que pode ser incorporado aos estudos geográficos, os velhos vícios do discurso científico de uma geografia carente de poder e a serviço meramente da verborragia acadêmica não serão superados.

O problema é que muito do que se coloca como novidade da chamada Geografia Cultural atual se deu a partir dos referenciais tradicionais de concepção de se fazer ciência, apenas com nova roupagem teórica e metodológica. Isso fez com que os novos processos e características sociais fossem formatados pelos novos parâmetros teóricos a partir de tradicionais modelos e vícios de entendimento de como se produzir um estudo científico.

Especializam-se os estudos via fracionamento intelectual da realidade. Elege-se competências para se abordar cada especificidade e usam-se dos fenômenos estudados como veículos para comprovar a pertinência do modelo teórico-metodológico empregado. A possibilidade dos estudos dialogarem com os sujeitos humanos na direção de melhor orientação, localização e leitura do mundo para subsidiar práticas e ações, por mais banais que estas sejam, acaba assim limitada a uma consequência secundária dos estudos científicos dos processos culturais.

Os estudos geográficos dos fenômenos culturais atuais só terão sentido para a melhor compreensão do ser humano enquanto ser cultural se forem voltados à vida dos mesmos, viabilizando um entendimento mais esclarecido enquanto práticas cotidianas dos indivíduos em sociedade, portanto, deve-se pensar em outros parâmetros de se fazer ciência para além dos modismos acadêmicos.

Alguns temas necessários a serem aprofundados pela geografia:

O estudo geográfico dos fenômenos e elementos culturais cobra do discurso científico da geografia uma abertura para temas e aspectos da realidade que a abordagem institucionalizada desse saber insistiu e insiste em não considerar como pertinentes ao olhar do geógrafo.

Não importando qual a corrente teórico-metodológica a que o geógrafo vincula seu trabalho, majoritariamente as abordagens geográficas se enclausuraram no interior de um estatuto de concepção de ciência que se pauta nos modelos das ciências naturais, físico-matemáticas do século XIX.

São referenciais que concebem como única forma de se produzir conhecimento científico aquela que encontra uma verdade definitiva capaz de padronizar a diversidade do real. Esta forma de entendimento não percebe que entre a concretude de um dado fenômeno no real e a maneira como o representa ou o identifica por meio do emprego rigoroso das palavras há uma profunda diferença e distanciamento re-criativo permeado pelas experiências intelectuais humanas.

Esses referenciais não se abrem para as novas condições em que os seres humanos estão produzindo e vivenciando sua espacialidade, pois insistem na perspectiva de um racionalismo fechado em que só existe a não-contradição de uma ordem linear; quando muito, entendem essa não contradição apenas como um jogo de palavras que reforçam a coerência lógica do discurso final elaborado.

Não percebem que após a Teoria da Relatividade, do surgimento da Física Quântica, da Geometria Não-Euclidiana de Lobatchevski, da Álgebra de Boole, da nova Termodinâmica e do DNA, os tradicionais modelos rígidos e definidores de uma realidade objetiva e plenamente mensurável, sem improvisações ou fatores aleatórios, que as antigas ciências naturais defendiam, começaram a ser reavaliados em prol de novas formas de entendimento da racionalidade e da objetividade científica. Logicamente que isso não significa que foram eliminados, mas que não podem mais serem tomados como únicos e absolutos em si.

Atualmente a Matemática, a Física, a Química e a Biologia, entre outras, tendem a incorporar os aspectos simbólicos e culturais humanos nos seus referenciais de leituras da realidade, mas isso não significa que estes saberes perderam o necessário rigor das análises, simplesmente abriram-se para outros horizontes humanos da realidade.

O princípio da não-contradição não se aplica mais em sua inteireza, assim como a idéia de verdade passou a depender também dos elementos simbólicos e imagéticos que a cultura humana produz como referencial pertinente a dar sentido a determinado aspecto da realidade, não se confundindo mais com os fatos que envolvem a realidade objetiva independente da presença humana.

Diante disso, a Geografia precisa se abrir para esses enfoques temáticos, possibilitando uma efetiva contribuição de sua análise para as novas necessidades sociais, ao invés de ficar negando, em nome de uma idéia de ciência que, cada vez mais, se distancia das condições em que a vida humana está se dando.

A seguir apresentamos alguns temas que podem ser abordados de forma mais constante pela Geografia a partir do enfoque dos elementos culturais. Esses temas não esgotam o universo de possibilidades, mas apontam para novas perspectivas que a Geografia tem condições de contribuir, desde que supere seus vícios academizantes,

redimensionando o sentido epistemológico-ontológico do seu fazer ciência, ampliando a própria concepção de ciência para além das armadilhas metafísicas que secularmente a aprisionou.

A) REDEFINIÇÃO DO SENTIDO DE CIÊNCIA:

Desde o século XIX, vários pensadores já apontam para os limites do pensamento científico em sua crença dogmática de desvendar a verdade do universo e dizer para onde que a sociedade humana deve caminhar. Nietzsche, Dilthey, Husserl, Bachelard, Lefebvre, entre tantos outros, das mais diversas formações e opções teóricas e políticas, contribuíram para que o conhecimento científico assuma uma polissemia de sentido e uma atitude mais próxima do viver humano, superando seu vínculo com a exclusividade das necessidades meramente abstratizantes da metafísica em que fundamenta a suposta coerência lógica de seu discurso.

As chamadas ciências humanas (sociais para uns, do espírito, para outros), no interior dessa reavaliação estatutária, passam a ser o foco das principais análises e críticas, cobrando-se delas uma atitude mais coerente com seus objetos de estudos, de forma que percebam a singularidade de seus referenciais epistêmico-teóricos, tanto a partir de sua base ontológica quanto de sua finalidade social.

A Geografia, enquanto corpo teórico de análise dos processos espaciais da sociedade, deve buscar uma elaboração discursiva que seja coerente com sua finalidade social, ao invés de insistir em compartimentações e especializações científicas que apenas a distanciam de seu propósito em nome dos supostos interesses do Estado.

Ao invés de priorizar a concorrência com profissionais de outras áreas, disputando um mercado de competências meramente técnicas, com especializações tipo geografia humana, geografia física, geografia urbana, geografia rural, geografia cultural etc., o geógrafo deveria se aprofundar na organização de sua linguagem visando elaborar meios mais eficientes de interpretação dos diversos processos espaciais que envolvem a produção de sentidos da vivência humana².

B) LINGUAGEM E IDENTIDADE:

“Os materiais de uma ideologia são a linguagem e seus recortes práticos, denominados ‘discursos’”(SODRÉ. 2004, p.22). A linguagem é uma forma simbólica de comunicação e interação, reflete as condições sociais em que as pessoas vivem, mas pode também “criar” padrões de entendimento do real.

² A busca por processos mais criativos sofre grave resistência por parte da academia, basta ver que até os meios de divulgação e apresentação das reflexões científicas passam por um processo de padronização e delimitação que visa inibir a criatividade, a produção de pensamentos mais originais e as formas de apresentá-los. A justificativa para tal é uma suposta idéia de qualidade padronizante de cunho competitivo internacional.

É através da linguagem socialmente elaborada que a produção de sentido territorial se faz presente no imaginário, na política e nas condições concretas de vida de cada indivíduo em determinado grupo social. Por meio da linguagem, a qual nunca é estanque e sim constantemente construída, que cada ser humano elabora seus referenciais de localização, orientação e produção de sentido sócio-espacial, ou seja, organiza os significados e significantes de identidade entre o corpo humano individual, o corpo social e o território em que os seres humanos materializam física e simbolicamente a vida:

“utilizamo-nos da língua e de outros sistemas de significação socialmente construídos para elaborar os significados, as representações que dão sentido à nossa existência. É na linguagem que se constroem as culturas humanas, ou seja, que se constroem as narrativas e os discursos que orientam nossas ações”(FERREIRA & ORRICO. 2002, pg. 8).

Jô Gondar, em seu artigo **Linguagem e Construção de Identidades**, o qual faz parte do mesmo livro organizado por Ferreira e Orrico, aponta a importância da questão da linguagem para o sentido de identidades territoriais, abrindo todo um universo para os estudos dos elementos culturais à Geografia:

“A própria definição de língua...não poderia ser separada de fatores geopolíticos, tais como a consolidação de um determinado território...Existem determinados climas geopolíticos que favorecem construção de algumas identidades: no século XIX, por exemplo, um clima favorável aos nacionalismos; nesta passagem de século, um clima favorável a uma globalização excludente, mas que também dá lugar a identidades que resistem a esse projeto homogeneizador”(2002, pg. 114-115).

C)URBANIDADE, JUVENTUDE E ESCOLA:

“É no mundo dos jovens urbanos que se fazem visíveis algumas das mudanças mais profundas e desconcertantes de nossas sociedades contemporâneas: os pais já não constituem o padrão dos comportamentos, a escola não é o único lugar legitimado do saber e tampouco o livro é o eixo que articula a cultura”(MARTIN-BARBERO. 2004, p.66).

A juventude, por meio de experiências imagéticas exercitadas pela televisão e outras mídias eletrônicas, melhor se adequou à lógica das imagens, assim como desenvolveu certa facilidade para com os padrões binário-dedutivos da maioria dos jogos eletrônicos, provocando o desenvolvimento de sensibilidades que resistem aos referenciais da cultura letrada, rejeitando os domínios territoriais tradicionais nos quais imperam a linguagem pautada na ordenação das palavras.

Daí a produção de novas comunidades territorialmente marginais e complementares

ao espaço dominante, as quais estão majoritariamente localizadas no espaço da vida urbana, e se pautam em processos comunicativos fincados numa simbologia imagética presente no vestuário, gírias, músicas e ídolos passageiros.

Michel Maffesoli (1988) melhor caracteriza essas novas formas de busca de identidades territoriais através do conceito de “tribos”, enxergando nessas tribos urbanas o declínio do sentido de sujeito histórico enquanto indivíduo humano nas sociedades de massa, o que gera uma busca entre os membros desses pequenos agrupamentos sociais e etários por identidades existenciais pautadas em outros sentidos e vivências espaciais.

A volatilização é marca desse tempo de rápida combustão. A escola e a família, entre outras instituições, não conseguem se posicionar claramente frente a estas novas espacialidades e mobilidades, pois se enraízam em um espaço de duração e ritmo mais constante, pautado numa cultura de referência à linguagem tradicional, da palavra escrita, das tecnologias analógicas. Para superar isso, as instituições que visam a preparação dos indivíduos para a vida social, como é o caso da escola, devem:

“interagir com os campos de experiência nos quais se processam hoje as mudanças: hibridações da ciência com a arte, das literaturas escritas e audiovisuais...o intercâmbio e disponibilização de projetos, pesquisas e experimentações estéticas”(Ibidem, p. 67).

A Geografia, por trabalhar com os processos de interação de escalas entre o local e o universal, de maneira a propiciar parâmetros de localização e orientação espacial, desde que estas não fiquem restritas aos elementos matemáticos cartografáveis, pode auxiliar nesse diálogo e “intercâmbio” entre os processos lógicos da análise científica e as “experimentações estéticas”, ou seja, entre aquilo que podemos interpretar dos novos comportamentos sociais e os gostos que cada grupo ou “tribo” desenvolve como referência e identidade sócio-territorial.

C) ECONOMIA, LUGAR E ESTÉTICA:

“...o espaço econômico de competição mudou de forma e escala no decorrer do tempo...há lutas contínuas sobre a definição dos poderes monopólicos que podem ser atribuídos à localização e a localidades, e que a idéia de ‘cultura’ está cada vez mais entrelaçada com as tentativas de reafirmar tais poderes monopólicos, exatamente porque alegações de singularidade e autenticidade podem ser mais bem articuladas como afirmações culturais distintas”(HARVEY. 2004, p. 148 e 149).

A renda de monopólio baliza outras formas de acúmulo de capital que não só a exploração do trabalho explica. No capitalismo atual, altamente competitivo, com o jogo internacional do mercado e o enfraquecimento das tradicionais fronteiras e barreiras nacionais, uma maneira de propiciar a renda de monopólio é usando dos bens culturais

únicos como forma de impor um valor monopólico aos seus produtos. É o caso dos quadros de pintores famosos, das cervejas e vinhos de determinadas regiões.

O gosto estético pelo único é fruto de toda uma construção histórica e midiática, viabilizando que grandes investimentos sejam feitos em determinadas porções do território e produtos, mesmo que as práticas destas e seus meios sejam contestadores à lógica do sistema global, mas se a singularidade produzir lucros, sejam estes advindos do turismo, da música, do cinema etc., vale o risco de investimento.

Eis a nova face da dialética “espaço-lugar”, aquela que se explica pelo capital simbólico coletivo produzido em determinados locais. Por exemplo, caso uma região que busca sua autonomia política e identidade própria possua terras e clima propícios a produzir um bom vinho; toda essa simbologia de autonomia, orgulho regional e sentido de liberdade pode ser utilizada pelo grande capital como fundamento lógico para se investir nessa região, mesmo correndo o risco de convulsões sociais. O interesse visa uma mercadoria carregada dessas significações culturais que servirão como uma espécie de valor agregado ao produto final, o que transformará esse vinho em algo único, portanto, passível de renda de monopólio.

Melhor entender como os elementos simbólicos e estéticos dos produtos culturais, a partir das características locais e em acordo com a lógica acumulativa e da divisão internacional do trabalho, acabam contribuindo para os processos de reprodução do capital no interior das atuais condições de competitividade e exploração, é uma frente desafiadora para as interpretações geográficas e de crucial importância à leitura da lógica espacial da sociedade contemporânea.

D) O CORPO INDIVIDUAL E O SOCIAL

O corpo humano é uma organização físico-biológica, contudo, só pode ser entendido como humano quando encarna elementos subjetivos, emocionais e intelectuais, que muitos chamam fatores espirituais, outros psicológicos e, de forma geral, entendemos como culturais, ou seja, aqueles aspectos que dão sentido peculiar ao espaço corpóreo de cada ser humano.

Outro aspecto a destacar é que esse sentido espacial único do corpo humano só toma significado graças a sua interação constante com o corpo social do meio em que vive. Esse é um meio também físico, mas por ser fruto das relações humanas, está carregado de significados, simbologias e experiências que só o ser humano consegue dar sentido, portanto, é um espaço corporal também cultural que, na relação com cada corpo individual, estabelece as condições mais amplas do que é a humanidade.

O estudo dessas interações corporais (individual e coletiva, física e cultural), passou a ser fonte de estudos de áreas do saber humano como a Antropologia, a História, a Sociologia, a Psicologia e da Filosofia, que desenvolveram uma série de ferramentas conceituais como os de “*fato social total*” e “*técnicas corporais*”³, que visam melhor

entender como os corpos individuais desenvolvem determinadas habilidades motoras, intelectuais, emocionais e perceptivas a partir das condições sócio-espaciais produzidas.

Outro conceito importante para entender o sentido mais amplo do corpo, tanto individual quanto coletivo, advém do pensamento de Glifford Geertz, o qual introduziu o sentido mais simbólico da relação espacial que cada corpo em particular elabora a partir do contexto cultural em que se encontra, ou seja, cada ser humano produz significados e sentidos para seus gestos e percepções pessoais a partir das interações e experiências simbolicamente elaboradas e interpretadas no meio cultural em que se encontra, portanto, no interior de determinada interação espacial.

Além desses, pensadores como Maurice Merleau-Ponty alargaram a discussão dos aspectos mais metafísicos e ontológicos da interação entre corpo e carne como espaços que se complementam e se estranham no complexo jogo de busca de significados existenciais, tanto para os indivíduos quanto para o conjunto social.

A geografia, por conseguinte, pode muito contribuir para melhor entender essa dinâmica espacial entre o corpo de cada ser humano com o corpo social, de maneira a produzir leituras mais ricas para estabelecimento de significados frente aos sentidos espaciais que cada homem experimenta com seu próprio corpo.

E) PALAVRA E IMAGEM:

O mundo hoje está fortemente pautado na imagem como veículo comunicativo e representacional. A imagem, principalmente após as novas técnicas e tecnologias de captação e reprodução, permite que a percepção humana das formas do real não precise tanto de ser complementada pelas experiências imagéticas que cada indivíduo traz consigo, o que ocorria com as narrativas e descrições pautadas no universo da palavra.

Ao mesmo tempo, isso gerou toda uma nova forma de percepção e de estética de apreciação dos objetos e produções humanas. Torna-se extremamente necessário, portanto, desenvolver metodologias e ferramentas que aprimorem a leitura das imagens por meio de palavras, de maneira a enriquecer o vocabulário e permitir que as imagens não fiquem circunscritas ao nível meramente contemplativo.

A geografia, por estudar a paisagem, parte das formas imagéticas com que esta se apresenta para, após projetar elementos conceituais relacionados ao universo vocabular, produzidos a partir dos meios intelectuais e do imaginário humano, estabelecer condições de melhor entender a lógica espacial com que determinada paisagem se configura.

No estudo das imagens várias técnicas foram desenvolvidas, desde a gestalt com sua “*pregnância da forma*” via a “*harmonia/desarmonia*”, “*equilíbrio/desequilíbrio*”, “*contraste*”, “*luz*”, “*ritmo*”, passando pelas várias semióticas, como as de Greimas com seu “*plano conteúdo*” e “*plano extensão*”, ou a de Pierce com

³ Esses conceitos foram elaborados por Marcel Mauss, vide bibliografia.

suas categorias da “*primeiridade*”, “*secundidade*” e “*terceiridade*” e seus signos “*icônico*” (não figurativo), “*indexial*” (figurativo) e “*simbólico*” (codificada), assim como as capacidades representativas, significativas e simbólicas, permitem um exercício do olhar e da leitura das imagens por parte dos geógrafos.

Contudo, a melhor e mais rica forma de se dialogar e enriquecer o discurso científico da geografia é trabalhar diretamente com as imagens produzidas, sejam estas as elaboradas pela pintura, pela televisão, fotografia, cinema, jogos virtuais etc., a partir do entendimento estético das mesmas.

O aprofundamento na abordagem estética, entendendo esta como forma de interpretar as imagens paralelamente aos processos de apreciação e valorização das mesmas, os quais são edificados socialmente, permitirá que a leitura geográfica use do universo dos referenciais pautados na lógica das palavras, com as quais a estética se instrumentaliza, para interpretar e apreciar a produção imagética.

Como vimos, as possibilidades e desafios colocados à Geografia diante da relação palavra/imagem no processo de ampliação de seus referenciais científicos são grandes e altamente estimulantes, mas inerentemente necessários de serem abordados.

Considerações finais:

O que se coloca atualmente à Geografia é a necessidade de se aproximar mais das áreas que abordam a problemática cultural, tanto as produtoras quanto as que analisam tal esfera, de maneira que uma melhor interpretação da lógica espacial desse universo possa contribuir para um maior entendimento do homem em suas complexas e diversas relações sociais.

Com a presença cada vez maior dos aspectos e fatores culturais no interior das relações cotidianas que tendem a naturalizar os elementos de dominação sócio-econômica hegemônicos, os quais parametrizam a lógica macro-estrutural da sociedade em seus parâmetros econômicos, políticos e ideológicos, a congregação de esforços permite buscar por diálogos com outras áreas do saber, assim como contatar os elementos estético-artísticos, passa a ser fundamental para qualquer ramo científico.

A discussão sobre uma Teoria da Cultura não pode cair nas tradicionais armadilhas do pensamento científico institucionalizado, aquele que busca um conceito definitivo, universal e absoluto, fruto das competições teóricas em prol de fama, dinheiro e poder acadêmico, mas deve servir como referencial a conjugar esforços intelectuais e estéticos em favor de uma melhor compreensão das condições atuais de existência, de maneira a contribuir na direção da construção de críticas e respostas mais saudáveis para o ser humano.

As críticas atuais feitas ao modelo de ciência que buscava grandes narrativas redentoras da humanidade não podem significar deixar de lado a necessidade que temos de teorias que parametrizem nosso caminhar teórico e político.

Vive-se atualmente uma complexa relação de caoticidade e fragmentação das estruturas sociais, em que os antigos modelos explicativos e generalizantes deixaram de nos dar a segurança necessária, isso não significa que devemos nos perder em modelos explicativos relativos aos casos particulares em si.

O discurso científico deve saber dialogar com os detalhes e compreender seus limites generalizantes, mas deve se assumir como um referencial capaz de contribuir para o melhor entendimento humano; no caso da Geografia, deve elaborar parâmetros que permitam aos homens melhor se orientar e se localizar nesse jogo escalar entre o local e o universal, já que o momento atual parece ser fruto de uma espacialização desintegradora das relações humanas.

Nesse aspecto, os elementos culturais, centrais, como aqui tentamos apontar, tanto para a lógica econômica quanto para a produção de identidades sócio-territoriais, devem passar por uma leitura mais adequada e profunda pela perspectiva geográfica, permitindo estabelecer certa unidade de compreensão em meio à diversidade da dialética espaço-lugar.

Bibliografia:

- CASTELLS, Manuel. **Internet e Sociedade em Redes**. In: MORAES, Denis (org.). Por uma Outra Comunicação – mídia, mundialização, cultura e poder. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural – entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CLAVAL, Paul. **Geografia Cultural**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1999.
- CORREA, Roberto & ROSENDAHL, Zeny (orgs). **Geografia Cultural – um século**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- COSGROVE, Denis. **A Geografia está em Toda Parte – cultura e simbolismo nas paisagens humanas**. In: CORREA, Roberto & ROSENDAHL, Zeny (orgs). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- COUTINHO, Carlos N. **Cultura e Sociedade no Brasil – ensaios sobre idéias e formas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- DAOLIO, Jocimar. **Educação Física e o Conceito de Cultura**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- EAGLETON, Terry. **Depois da Teoria – um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FERRAZ, Cláudio B. **Geografia e Paisagem - entre o olhar e o pensar**. Doutorado em Geografia, São Paulo, FFLCH/USP, 2002.
- FERREIRA, Lucia & ORRICO, Evelyn (orgs.). **Linguagem, Identidade e Memória Social – novas fronteiras, novas articulações**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- GEERTZ, CLIFORD. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- GOMES FILHO, João. **Gestalt do Objeto – sistema de leitura visual da forma**. São Paulo: Escrituras Editora, 2000.
- HARVEY, David. **A Arte de Lucrar – globalização, monopólio e exploração da cultura**. In: MORAES, Denis (org.). Por uma Outra Comunicação – mídia, mundialização, cultura e poder. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- LIMA, Luiz C. (org.). **Teoria da Cultura de Massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- MAFFESOLI, Michel. **O Tempo das Tribos – o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

- MERLEAU-PONTY, MAURICE. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- MAUSS, MARCEL. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
- MARTIN-BARBERO, Jesus. **Globalização Comunicacional e Transformação Cultural**. In: MORAES, Denis (org.). *Por uma Outra Comunicação – mídia, mundialização, cultura e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- PIETROFORTE, Antônio. **Semiótica Visual – os percursos do olhar**. São Paulo: Contexto, 2004.
- SANTAELLA, Lucia & NÖTH, Winfried. **Imagem – cognição, semiótica, mídia**. São Paulo: Iluminuras, 1998.
- SANTOS, Douglas. **A Reinvenção do Espaço – diálogos em torno da construção do significado de uma categoria**. São Paulo: UNESP, 2002
- SAUER, Carl. **A Morfologia da Paisagem**. In: CORREA, Roberto & ROSENDAHL, Zeny (orgs). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- SODRÉ, Muniz. **O Globalismo como Neobarbárie**. In: MORAES, Denis (org.). *Por uma Outra Comunicação – mídia, mundialização, cultura e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- TAYLOR, Roger. **Arte, Inimiga do Povo**. São Paulo: Conrad, 2005.
- WERTHEIM, Margaret. **Uma História do Espaço – de Dante à internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Recebido para publicação dia 12 de Novembro de 2007

Aceito para publicação dia 01 de Fevereiro de 2008